

Tática do governo é esperar

BRASÍLIA — O governo não vai adotar as medidas de ajuste fiscal que incluem principalmente cortes de despesas para controlar o déficit público, antes de serem concluídos os entendimentos sobre o pacto social. Se o pacto for efetivado, as medidas que o governo tiver de adotar em cumprimento ao acordo serão remetidas ao Congresso sob a forma de projeto de lei¹. Mas, segundo o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que ontem esteve reunido por mais de três horas com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para acertar a estratégica do governo, há reunião de hoje, às 11 horas no Ministério do Trabalho, algumas providências urgentes poderão vir sob a forma de medidas provisórias. Nesse caso, o Congresso teria 30 dias para aprová-las ou rejeitá-las.

Ontem, O governo esteve quase todo o dia mobilizado para acertar os ponteiros para a reunião técnica de hoje com representantes dos empresários e trabalhadores. Ronaldo Costa Couto, o interlocutor do governo nas reuniões, almoçou com os ministros João Batista de Abreu, do Planejamento, e Mailson da Nóbrega, no Ministério da Fazenda, numa reunião

que durou mais de três horas. Às 19 horas, técnicos da Fazenda se dirigiram ao gabinete de Abreu para mais uma longa reunião. Às 20 horas, o ministro Mailson chegou ao Palácio do Planalto para mais uma reunião com Costa Couto e o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI.

Apesar da afirmação de Costa Couto de que o governo vai esperar o desdobramento dos entendimentos para executar o choque fiscal, expressivas parcelas governamentais propõem que essas providências sejam tomadas o mais breve possível. Julgam conveniente até que o governo se antecipe para mostrar que está disposto a disciplinar as suas contas. O pacto viria dar apoio às decisões nessa área, que certamente contrariarão interesses políticos e econômicos. Dia 3 haverá a primeira rodada de negociações entre as comissões técnicas.

ESPERANÇAS

Depois de uma segunda-feira tensa em Brasília, quando se chegou a falar em cancelamento da viagem presidencial ao Uruguai, fontes do Palácio do Planalto informaram que ontem o presidente Sarney substituiu a apreensão que demonstrara na chegada de Lisboa, na madrugada de segunda-feira,

por boa dose de esperança na formulação do pacto social. O presidente estava tranqüilo para embarcar hoje para o Uruguai.

Ontem, Sarney fez sucessivos contatos com empresários e trabalhadores e encaminhou os entendimentos. Conversou com Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Mário Amapá, presidente da Fiesp, e outros empresários não representantes de instituições patronais, como Olacyr de Moraes.

Na mesa de negociações, hoje, o governo quer mais ouvir do que falar. Mas se preparou para ter respostas a diversas questões importantes que deverão ser apresentadas. Integrantes da equipe técnica do governo ressaltaram ontem que uma das dificuldades para a aplicação de redutor ou de índice prefixado da inflação é o tabelamento dos juros bancários em 12%, reais ao ano. Qualquer desvio entre a inflação pré-pactuada ou a com o redutor poderia levar a uma taxa de juros negativa, o que, sem dúvida, estimularia a formação de estoques especulativos no decorrer do mês, com sérios abalos para o propósito de reduzir a taxa inflacionária.